



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
GABINETE DO VEREADOR ZACARIAS DE ASSUNÇÃO VIEIRA MARQUES

PARECER Nº ____/2021

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº
072/2021, DE AUTORIA DO
VEREADOR ISRAEL PEREIRA
BARROS, QUE INSTITUI A POLÍTICA
MUNICIPAL DE PREVENÇÃO E
ATENDIMENTO À GRAVIDEZ NA
ADOLESCÊNCIA E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

I – RELATÓRIO

Considerando o Ato da Presidência nº 030/2021-GAB/PRES/CMP, que designa o Vereador Zacarias de Assunção Vieira Marques como Relator Especial do Projeto de Lei nº 072/2021, de autoria do Poder Legislativo, tendo em vista o esgotamento de prazo regimental para emissão de parecer pela Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação, foi encaminhado para análise e parecer do Relator Especial, a presente proposição.

É o relatório.

Passo a opinar.

II – VOTO DO RELATOR ESPECIAL

Nos termos do artigo 241, parágrafo 7º, do Regimento Interno da Câmara Municipal, este relator especial recebeu o Projeto de Lei em comento, para exarar parecer sobre a referida proposição. A proposta visa instituir uma política municipal de combate à gravidez na adolescência no município. Para que assim, além de poupar vidas possam garantir uma perspectiva melhor de vida.



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
GABINETE DO VEREADOR ZACARIAS DE ASSUNÇÃO VIEIRA MARQUES

Conforme o artigo 241, parágrafo 1º, do Regimento Interno o projeto de lei foi encaminhado à Procuradoria Geral Legislativa desta Câmara, que por intermédio do Parecer Prévio nº 111/2021, opinou pela constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 072/2021.

O art. 77 preleciona que compete à Comissão de Constituição, Justiça e Redação manifestar-se sobre todos os assuntos entregues à sua apreciação, incumbindo-lhe, especificamente:

I – analisar todas as proposições sob os aspectos constitucional, legal, regimental, gramatical e da técnica legislativa;

Destarte, concluiu-se que não há mácula que impeça a sua tramitação, nos aspectos constitucional, legal, regimental e da técnica legislativa.

III – CONCLUSÃO E VOTO DO RELATOR ESPECIAL

Por todo o exposto este relator manifesta-se de forma **favorável** à aprovação do Projeto de Lei nº 072/2021, por ser **constitucional e legal**. Portanto, concluiu-se pela continuidade de tramitação do aludido projeto de lei.

Parauapebas, 26 de agosto de 2021.

ZACARIAS DE ASSUNÇÃO VIEIRA MARQUES
Relator Especial